

Apresentação

Leandro Durazzo

Doutorando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Macondo (Artes, culturas contemporâneas e outras
epistemologias - UAST/UFRPE)
leandrodurazzo@gmail.com

Felipe Sotto Maior Cruz

Doutorando em Antropologia Social
Universidade de Brasília
Opará (Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e
Educação – UNEB)

A região Nordeste, primeira fronteira de expansão colonial no atual território brasileiro, abrange nove estados e uma diversidade de populações tradicionais, dentre as quais se encontram os povos indígenas. Segundo dados do IBGE (2010, tabela 3, s/p), o Nordeste apresenta uma população de 232.739 indivíduos indígenas vivendo tanto em Terras Indígenas demarcadas quanto em centros urbanos da região.

Este dossiê da Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN busca reforçar um espaço para a reflexão sobre tais povos, apresentando recortes etnográficos que dispõem distintas realidades em uma perspectiva praticamente sincrônica, pois desenvolvidas a partir de pesquisas recentes – muitas ainda em curso – junto a tais coletividades.

Seja pelas temáticas abordadas ou pelos povos considerados, os artigos aqui reunidos apresentam um breve panorama bastante atual da pluralidade de abordagens e problemáticas que a própria complexidade dos povos indígenas do Nordeste tem suscitado nos pesquisadores. São trabalhos que trazem desde a já clássica abordagem contualista até as reflexões sobre processos de territorialização (PACHE-

CODE OLIVEIRA, 2004), marcas teóricas da segunda metade do século passado, mas aqui atualizadas para lidar com a contemporaneidade social desses povos.

Cynthia Creatini da Rocha, em seu “Notas sobre cosmopolítica Tupinambá”, pensa as dinâmicas políticas e cosmológicas ameríndias a partir do caso dos Tupinambá de Olivença, na região sul da Bahia. Na elaboração de seu argumento, a autora faz dialogarem diversos expedientes cosmopolíticos em busca de compreender os modos de fazer política entre esse povo. De especial interesse é a descrição etnográfica e a reflexão teórica sobre os vínculos que relacionam lideranças políticas e entidades cosmológicas, como os Encantados. A partir do reforço étnico que tais vínculos propiciam, Rocha demonstra como os processos de retomada de terras e performances rituais – neste caso, o ritual do Poranci – favorecem novos contextos de manifestação política e afirmação étnica, potencializando mecanismos de legitimação – e disputa pela legitimação – dos atores nisso envolvidos.

Também sobre política se debruçará o trabalho de Gabriel Novais Cardoso, já sobre o povo Kiriri da Bahia. Realizando uma revisão quanto às dissensões e reorganizações sociais kiriri, que o autor chama seccionalistas, Cardoso analisa os processos de afirmação étnica kiriri na interface entre esse seccionalismo e a variedade de grupos políticos dentro da Terra Indígena. Pensando os reflexos de tal seccionalismo em diversos âmbitos sociais, demonstra como suas consequências são sentidas em contextos como os de compreensão da territorialidade kiriri, bem como das propostas políticas e político-pedagógicas em cada uma das escolas e em seus atuais projetos de revitalização linguística.

Essa revitalização, busca por uma língua indígena a ser fortalecida e incentivada no contexto da vida kiriri, é tópico abordado também por Vanessa Coelho Moraes. A autora parte de uma consideração sobre a construção da educação diferenciada entre os Kiriri para sugerir que sua relação histórica com a burocracia estatal marca profundamente as formas de entendimento sobre seus projetos pedagógicos. Por um lado, a escola como instituição de fronteira cultural (TASSINARI, 2001) favorece certa estruturação de planos político-pedagógicos, dinâmicas educativas e enquadramentos disciplinares que auxiliam os professores indígenas a projetarem seus interesses em revitalizar a língua Kipeá, idioma da família Kariri, tronco Macro-gê, elaborado em um catecismo e uma gramática que datam do período colonial (MAMIANI, [1698] 1942;

[1699] 1877, respectivamente). Por outro lado, a escola entendida como de educação diferenciada, almejada pelo povo em suas diversas unidades de ensino, ainda aparece para muitos como de implementação incompleta. Como uma interlocutora dirá à autora: “a educação não é 100% diferenciada, mas tem”.

Ainda sobre os Kiriri, o trabalho de Volha Yermalayeva Franco pensa a escola indígena a partir do projeto arquitetônico padronizado pelo MEC e as derivações e ressignificações que o povo desenvolve no sentido de, a despeito da padronização arquitetônica, estabelecer um mínimo de identidade étnica em seu espaço físico. Para tanto, analisa duas escolas específicas, cada uma situada numa aldeia diferente dentro do Território Indígena. Considerando manifestações rituais e grafismos, por exemplo, a autora lança mão de noções como território, cultura e identidade relacional para embasar sua abordagem.

Valerá apontar que os três trabalhos sobre os Kiriri se desenvolvem inicialmente no âmbito de pesquisas e extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), especificamente no processo de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) denominada Educação diferenciada e revitalização de línguas indígenas, ação coordenada pelo antropólogo Marco Tromboni de Souza Nascimento que desde há décadas trabalha com o povo em questão (NASCIMENTO, 1994). O caráter integrado e tematicamente coordenado de tal ação talvez se reflita em certas recorrências nos três artigos deste volume, sobretudo nas dinâmicas apontadas de seccionalismo político e intra-étnico, e também na reflexão sobre educação diferenciada em suas relações com revitalização de língua e adaptação arquitetônica do espaço escolar.

De modo mais teórico e debruçado sobre materiais de ordem também historiográfica, Alexandre Ferraz Herbetta apresenta uma reflexão sobre tópicos bem conhecidos da etnologia do sertão. Em seu “Escassez, abundância e devir: considerações sobre a etnologia no sertão nordestino” o autor lança mão de noções clássicas da área, como a categoria de identidade étnica, para tentar compreender os processos históricos e disciplinares que, sob um paradigma de colonialidade, reforçam certas tendências nem sempre adequadas no que se refere à compreensão etnográfica das populações indígenas sertanejas. No intuito de pensar uma “antropologia indígena do sertão”, Herbetta questiona o uso histórico de determinadas categorias – disciplinares, mas também epistêmi-

cas – para sugerir que a situação colonial da região favoreceu certos discursos pouco afeitos a pensar a especificidade dos povos em questão. Isso, segundo o autor, aponta para o processo de exploração econômica que o Estado brasileiro sempre promoveu em detrimento dos povos indígenas por quem deveria zelar.

Do sertão ao litoral, agora na Paraíba, o artigo de Marianna de Queiroz Araújo estuda o conhecimento indígena dos Potiguara de Monte-Mór quanto ao trabalho de cata de caranguejo. A autora demonstra que as técnicas de coleta fazem dos caranguejeiros não apenas praticantes de processos econômicos, mas também sujeitos cuja categoria social – caranguejeiro – mobilizam sentidos vários, desde as técnicas do saber-fazer até moralidades que orientam suas relações com o ambiente. No limite, envolvem a circulação de conhecimentos entre diferentes gerações de caranguejeiros, evidenciando processos educativos cuja transmissão se dá de pai para filho, sempre na prática ativa da coleta desses crustáceos no mangue da região.

Por fim, Luís Augusto Sousa Nascimento traz ao dossiê um estudo etnográfico sobre um grupo timbira do Maranhão. Estudando as dinâmicas de “dispersão, coalescência e etnicidade”, como intitula seu artigo, o autor acompanha a história recente dos Krenyê da Terra Indígena Rodeador, na cidade maranhense de Barra do Corda. Tal contemporaneidade da história krenyê se justifica pelas recentes relações interétnicas do grupo: considerados extintos pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, por volta dos anos 1940, os Krenyê ressurgiram no discurso público quando, em 2015 e 2017, figuraram em dissertação e tese defendidas em universidades maranhenses. Por tal ressurgência pública, a indianidade dos Krenyê passa a ser motivo de reorganização política do grupo, além de servir para dinamizar suas pautas interétnicas e projetos de futuro, na constante relações com outros povos indígenas das imediações. Sincrônica e diacronicamente, o autor parte de um evento ocorrido no ano de 2009, quando os Krenyê o convidaram a participar do primeiro “Encontro do Povo Krenyê” onde foram tratadas as temáticas aqui anunciadas, sintetizadas na sintomática fala do cacique Valdemar Akro, que nos permitimos reproduzir: “Precisamos sair da sombra de outros povos e viver abaixo de nossas próprias árvores cujas raízes são nossas origens”.

Esta, talvez, seja uma fala também precisa para explicitar as intenções e os exercícios deste dossiê: pensar a etnologia indígena do Nordeste a partir



de suas especificidades. Não apenas pensar as especificidades dos povos indígenas da região – trabalho já longamente desenvolvido em projetos de pesquisa, teses e dissertações –, mas pensar a especificidade indígena da região Nordeste, sobretudo sua dimensão contemporânea. Hoje, mais do que nunca, acompanhamos uma etnologia que segue pistas etnológicas vindas dos próprios povos com quem trabalhamos. Povos estes que, no longo processo histórico observado no Nordeste, desenvolveram – e desenvolvem – uma gama de relações sociais e interétnicas com outras populações, indígenas e não-indígenas, que os tornam ainda mais específicos, porque também nordestinos.

No fim dos anos 1990, Pacheco de Oliveira elegeu os versos do poeta Torquato Neto para indicar a “viagem da volta” que os índios nordestinos teriam realizado em seu processo de reafirmação étnica e fortalecimento político, sobretudo a partir dos anos de 1970. Se “a viagem é a enunciação, auto-reflexiva, da experiência de um migrante”, conforme descreveu (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 32), podemos pensar que toda migração também carrega consigo as bagagens de quem viaja, e suas experiências. Enfatizando o que diria Torquato Neto, portanto, relembramos os versos com o foco na experiência específica do viajante nordestino, e ressaltamos sua autoconsciência histórica, a consciência processual de seu próprio histórico de vida. De sua própria indianidade: “Desde que eu saí de casa/ trouxe a viagem da volta/ gravada na minha mão./ Enterrada no umbigo,/ dentro e fora, *assim comigo/ minha própria condução*”.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa.

Referências

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso: 10 de dez. 2018.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasílica da Nação Kiriri*. 236p. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942 [1698]. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:mamiani-1698-catecismo>. Acesso: 30 abr. 2018.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasílica da naçam Kiriri*. 124p. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877 [1699]. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:mamiani-1699-arte> . Acesso: 30 abr. 2018.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. *O Tronco da Jurema: Ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste. O caso Kiriri*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

TASSINARI, Antonella Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes de; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. 2.ed. São Paulo: Global, 2001, p. 44-70.